

ADVERSO

Nº 192 - novembro / dezembro de 2011

Impresso
Especial

9912271463/2011- DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS



ISSN 1980315-X



Metas do Reuni para o biênio não foram alcançadas no Estado

Universidades com programas atrelados ao benefício
ainda precisam abrir vagas para vestibular,
enquanto aguardam abertura de concurso para professores

Páginas 4 e 5



**Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA**

UFCSPA | UFRGS | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**

2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**

2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**

3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**

1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**

2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**

3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Regina Helena van der Laan – Fabico/Ufrgs

Ricardo Schneiders da Silva – Fabico/Ufrgs

Paulo Machado Mors – Instituto de Física/Ufrgs

Renato de Oliveira – IFCH/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**

Reportagens: **Clarisse de Freitas, Luana Fuentefria,**

Marco Aurélio Weissheimer e Michelle Rolante

Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**

Diagramação: **Eduardo Furasté e Mateus Michaelsen**

Ilustração: **Mário Guerreiro**

Produção e Edição



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04

REPORTAGEM

Reuni está atrasado no cumprimento
de metas de expansão no Estado
por **Marco Aurélio Weissheimer**

ARTIGOS

06

08

ESPECIAL

Porto Alegre entra na agenda
contestadora do mundo
por **Luana Fuentefria**

VIDA NO CAMPUS

Veterinários descobrem nova
cepa de parvovírus no Estado
por **Ana Esteves**

11

13

PING-PONG

Nadya Pesce da Silveira

"A defasagem tecnológica é resultado
da falta de investimento em pesquisa"
por **Marco Aurélio Weissheimer**

EXPANSÃO

Campus da Ufrgs na Serra terá
projeto em 2012

18

20

NOTÍCIAS

OBSERVATÓRIO

21

22

NAVEGUE

ORELHA

23

24

SINDICAL

Debate de princípios alicerça
negociação de carreira

CULTURA

Jane Tutikian completa três
décadas de literatura
por **Michelle Rolante**

25

28

EM FOCO

Exposição estimula debate
sobre a questão indígena
por **Michelle Rolante**

+ UM

30

EDITORIAL

2011 - Sindicato, Educação e Democracia

A transformação - social, política, econômica e tecnológica - pela qual passou o Brasil a partir da consolidação da democracia, e o cenário de acirramento das contradições entre os interesses do capital financeiro, do capital produtivo e daqueles que vivem do trabalho passaram a pautar a discussão sobre o papel do estado nesta nova era e o valor que a educação assume (e qual educação) na sociedade do século XXI. Esta nova realidade gerou a necessidade de mudança de postura do movimento docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), as quais, adquirindo o direito constitucional da representatividade sindical devem, sem perder de vista o seu papel de representantes dos interesses da classe, participar dos debates sobre este tema e daqueles relacionados ao aperfeiçoamento da democracia.

Neste contexto, acompanhando o movimento docente nacional, no dia 3 de dezembro de 2008, fizemos as alterações estatutárias necessárias e transformamos a Adufrgs - Associação dos Professores da Ufrgs em um sindicato autônomo e independente: **Adufrgs-Sindical** - Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre. Passando a representar, além dos docentes da Ufrgs, os da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Campus Porto Alegre (IF-RS/Porto Alegre), ampliamos nossa representatividade e reforçamos nossa capacidade de atuação.

Com esta transformação, inserimo-nos no movimento de reorganização da representação sindical que teve sequência em todo o País, com antecedentes na organização dos professores de São Carlos, Sorocaba e Araras em Adufscar-Sindicato e na organização dos professores de Belo Horizonte e Montes Claros em APUBH-Sindicato. A nós, seguiram os professores da Bahia, formando a Apub-Sindicato, de Santa Catarina, a Apufsc-Sindical; do Ceará, a ADUFC-Sindicato; Mato Grosso do Sul, ADUFMS-Sindicato; Goiás, a Adufg-Sindicato, e Rio Grande do Norte, com a Adurn-Sindicato. Com a criação de sindicatos nas maiores universidades do País, partimos para a criação de uma federação de sindicatos autônomos e independentes e hoje, com a transformação do Proifes em **Federação – Proifes**, consolidamos este objetivo, mais fortes e mais unidos na representatividade dos professores das Ifes.

Neste ano que termina, participamos intensamente das discussões para a abertura de negociação sobre reajuste salarial e carreira docente com o atual Governo, participamos de debates, negociamos e alcançamos o consenso do que deve ser defendido na discussão sobre a carreira docente. Ampliamos nosso quadro de associados, que continua crescendo, ampliamos nossas atividades assistenciais, sociais e jurídicas, e iniciamos a expansão física. Muito já fizemos, mas temos consciência que muito ainda precisa ser feito, tanto em âmbito nacional como em âmbito local; na defesa dos direitos e interesses dos docentes da Ifes, na discussão sobre a autonomia das universidades, da educação e da democracia.

Enfrentamos muitos desafios e sabemos que outros surgirão, mas confiamos na capacidade dos professores de enfrentá-los, e, para isso, temos o sindicato como nosso instrumento de luta. Reforçá-lo cada vez mais é tarefa de todos nós. Recebamos o novo ano com a satisfação do dever cumprido e com forças renovadas para continuar trabalhando para a realização de nossos objetivos.

Reuni está atrasado no cumprimento de metas de expansão no Estado

por **Marco Aurélio Weissheimer**

Assim como outras instituições de ensino superior do País, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) não conseguiu cumprir a meta de expansão prevista pelo Reuni para 2012, e negociou com o Ministério da Educação (MEC) a criação de 400 vagas no vestibular para 2013. O Ministério, por sua vez, destaca o reitor Carlos Alexandre Netto, também não conseguiu cumprir a meta de ampliação de vagas para docentes. “Nós pedimos 450 novas vagas e faltam ainda 170. No lado dos servidores técnico-administrativos foram providas todas as vagas solicitadas. Essas 170 vagas de docentes são de 2011, das quais o Ministério da Educação liberou 100, mas os concursos ainda não foram realizados”, explica o reitor. Esse é, segundo ele, o grande ponto hoje em discussão.

“O Ministério elaborou um plano de expansão do número de vagas para docentes da ordem de 10 mil novas vagas em todo o País. Esse projeto de lei começou a tramitar muito tarde e ainda está na Câmara. Nós temos certeza que não conseguiremos fazer esses concursos no começo do próximo ano, o que pode comprometer o início do semestre daquelas universidades que já completaram a sua expansão. Nós teremos alguma dificuldade, mas como ainda temos estas 400 vagas de alunos para efetivar em futuro próximo, não deveremos ter maiores problemas”, resume Netto.

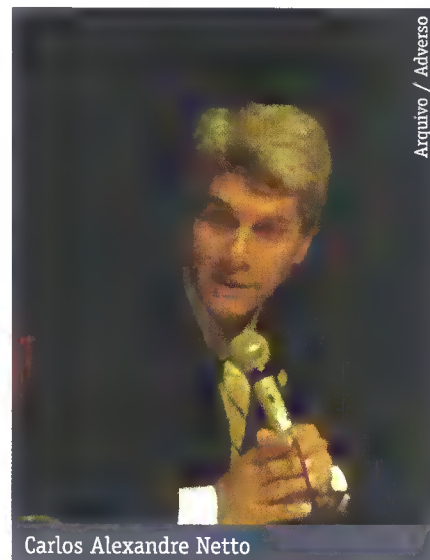
Criado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) nasceu com o objetivo principal de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com previsão inicial de conclusão até 2012, o Programa vem procurando criar condições para que as universidades federais promovam a expansão física e acadêmica. As ações do Reuni contemplam, entre outras medidas, o aumento de vagas nos cursos de graduação, a

ampliação de oferta de cursos noturnos e o combate à evasão. A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com o processo de interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, até o final de 2011, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 para 237. Desde o início desse processo de expansão, foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi no País.

Na Ufrgs, o Reuni entrou em execução no ano de 2008. Entre as primeiras medidas, destacam-se o aumento em cerca de 30% das vagas do vestibular e o aumento do número de docentes e servidores - representando em torno de 300 docentes e 300 servidores a mais. Além disso, houve um reforço de custeio e um reforço de verba de capital da ordem de R\$ 36 milhões. Deste total, R\$ 12 milhões foram destinados a aquisição de equipamentos para os cursos de graduação e R\$ 24 milhões a obras civis, principalmente de prédios.

De 2008 até hoje, a Ufrgs aumentou 1.078 vagas no vestibular. Segundo o reitor da universidade, faltam as 400 vagas para completar a proposta inicial, o que deve acontecer em 2013. As mesmas serão destinadas basicamente à expansão das engenharias e de alguns outros cursos. Além disso, foram criados 16 cursos novos e ocorreu a expansão de cursos já existentes.

Os recursos de custeio e os recursos de capital já



Arquivo / Adverso

Carlos Alexandre Netto

foram todos enviados pelo MEC e executados pela Universidade. Os prédios, diz Carlos Alexandre Netto, é que ainda estão em fase de preparação das licitações. Hoje, só um deles está em construção, que é o de sala de aulas do Campus Central, entre as faculdades de Direito, Engenharia e Economia. A estrutura deve ficar pronta em abril de 2012.

Previsão de concursos para docentes

Segundo o reitor da Ufrgs, cerca de 70% do que estava previsto no Reuni para a Universidade já foi realizado. "Apesar do Ministério ainda nos dever um pouco mais de 30% das vagas de docentes, o restante já foi cumprido." Os novos concursos, prevê Netto, devem ocorrer em 2012, mas ele reforça que ainda não em janeiro e fevereiro. "Nós tínhamos a expectativa de que o projeto de lei fosse aprovado em dezembro, para que pudéssemos fazer os concursos nos primeiros dois meses do ano, para contratar os docentes e ter ao menos uma parte deles em sala de aula já em março. Isso nós já sabemos que não irá acontecer, pois não há tempo para essa tramitação. O processo deve ficar para março."


Na avaliação de Carlos Alexandre Netto, apesar dos atrasos, o Reuni "fez bem" para a Universidade. "Nós conseguimos muitos cursos novos e tivemos uma expansão muito forte dos cursos noturnos. A Ufrgs hoje tem, das 89 possibilidades de ingresso pelo vestibular, 22 cursos noturnos. Nos últimos seis ou sete anos, praticamente dobramos a oferta de cursos noturnos, o que é uma coisa importante para uma universidade pública," opina o reitor. "A percepção que temos", acrescenta, "é que esses novos cursos estão evoluindo bem". Netto diz que ainda não há uma avaliação do MEC, através do Enad, uma vez que esses cursos ainda não tiveram tempo para formar uma turma. "O que os professores nos passam é que os alunos estão avançando academicamente e que os cursos são bons."

O que já é possível afirmar, destaca o reitor, é que os cursos implementados vêm tendo uma procura muito boa. "Os noturnos de Odontologia, História da Arte, Engenharia de Controle e Automação e Psicologia, para citar alguns exemplos, são muito procurados, o que mostra claramente que havia uma demanda que não estava sendo atendida."

Limite de expansão

O próximo passo agora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme o reitor, é dar início a um processo de consolidação do Reuni. O movimento de expansão causado pelo Programa praticamente dobrou o número de vagas oferecidas pelas universidades federais nos últimos anos. "Agora precisamos consolidar esse processo, qualificando os cursos com a contratação de docentes e com a melhoria da estrutura física", argumenta Carlos Alexandre Netto.

Além disso, revela, está se pensando em uma expansão com foco, privilegiando algumas áreas específicas, seja por necessidade regional, seja por uma demanda estratégica nacional. É o caso da engenharia, por exemplo. "Todo mundo sabe que faltam engenheiros no Brasil. Agora não adianta só criar novos cursos de engenharia. É preciso ver o que está acontecendo hoje com os cursos desta área que, em sua maioria, têm um índice de evasão considerável. Não adianta criar mais vagas e continuar com um índice de evasão elevado. Seria desperdiçar energia e trabalho. A ideia, portanto, é rever a estrutura de alguns cursos e abrir novos cursos onde existir concretamente essa necessidade". No caso da Ufrgs, assegura o reitor, "o que se podia expandir, foi expandido". "Chegamos ao nosso limite. Para pensar em qualquer outra expansão, seja na graduação, seja na pós-graduação, precisamos, antes de tudo, de mais espaço físico, mais área construída".

De acordo com a pró-reitora de Graduação Maria Terezinha Antunes, todas as metas pactuadas entre a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA) com o Ministério da Educação pelo Reuni foram integralmente cumpridas. "A UFCSA não enfrentou dificuldades na execução de suas propostas ao Programa do MEC", garante. Maria Terezinha diz que os cursos pactuados no Reuni já foram ofertados pela Universidade nos anos de 2010 e 2011 e de que não há previsão no projeto da UFCSA para o Reuni de abertura de novos cursos para 2012. "Entretanto, a Universidade não tem se furtado de colaborar com a expansão do ensino superior propondo no âmbito de seu colegiado máximo a oferta de um novo curso, noturno, para 2012." 

A falta de coerência no discurso dos responsáveis pela Educação

por **Paulo Machado Mors**, professor do Departamento de Física da Ufrgs

Não importa quem, ou qual grupo, esteja no comando, identificado não importa com qual linha ideológica, quando se trata de Educação seus discursos estão sempre pontilhados pelas expressões inclusão social, cidadania, qualidade de ensino, valorização do professor, respeito às diversidades, e mais uma extensa lista de jargões que, de tão usados, perdem muito de sua força. No entanto, enquanto persistir, no Rio Grande do Sul, uma perversa prática adotada pela administração pública no âmbito da Educação, nossos jovens não estarão a salvo de uma escolarização deficiente e mediocrizante.

Estou me referindo ao denominado “contrato emergencial”, mecanismo administrativo através do qual são contratados, para atuação como docentes na rede pública estadual de Educação Básica, estudantes que mal iniciaram seus cursos de graduação. Como professor e formador de docentes, posso garantir que, se não vista como ilegal em nosso arcabouço jurídico (já que está prevista na Lei Estadual Nº 11.126, de 9 de fevereiro de 1998, e no Decreto Nº 45.754, de 15 de julho de 2008), podemos classificar essa prática como nefasta, segregacionista e antirrepública.

O regramento legal admite a contratação de estudantes que já tenham completado, “de preferência”, os quatro primeiros semestres letivos do curso superior de formação de professor. A interpretação que se tem dado a esse requisito tem admitido, em muitos casos, a contratação de universitários que, apesar dos quatro semestres civis cumpridos, não lograram aprovação plena nas quatro primeiras etapas semestrais de seu curso. Mesmo se isso fosse respeitado, não há sentido em se entregar uma regência de classe a um “meio-professor”. Isto se evidencia como muito mais verdadeiro quando verificamos que muitos desses alunos acabam por negligenciar suas atividades acadêmicas, caindo em uma rotina laboral provisória-permanente, passando a depender da respectiva remuneração e, com frequência alarmante, frustrando sua expectativa de conclusão de curso. O que afirmo é resultado do que tenho observado em minha larga experiência como formador de professores, no Instituto de Física da Ufrgs.

Tomei conhecimento, recentemente, de um fato que, por si só, já justificaria uma revisão cuidadosa dessa prática insensata. Um aluno de meu curso – sou, atualmente, o coordenador dos cursos de Física – foi jubilado, isto é, desligado da Universidade, por não ter concluído o curso no prazo máximo que lhe é dado (igual ao dobro do tempo recomendado). A preocupação do aluno era a de que per-

deria o direito a continuar com o “emprego” de professor do Estado, à custa de contratos emergenciais, por ter deixado de ser universitário. A solução óbvia, portanto, foi a de ingressar novamente no curso, prestando o concurso vestibular. Ocorre que esse “professor emergencial” não foi aprovado no vestibular, em sua tentativa de voltar para o mesmo curso onde já havia se arrastado por dez longos anos!

Empregar um licenciando, como se licenciado já fosse, me leva a concluir que:

- a) Trata-se de um grave desrespeito ao próprio licenciando, que estará sendo usado como mão de obra barata de segunda classe, exercendo funções de alta responsabilidade, em um tempo que deveria estar dedicando à sua própria qualificação;
- b) Se o licenciando estiver matriculado em instituição pública, como é o caso da Ufrgs, então também essa instituição estará sendo gravemente desrespeitada, em vista da sabotagem que sofre em seu esforço de formar um professor qualificado;
- c) O aluno da rede pública de educação básica entregue a um meio-professor obviamente está sendo gravemente desrespeitado em seu direito de receber educação com um mínimo de qualidade que lhe permita atingir a tão defendida cidadania;
- d) O professor licenciado está sendo profissionalmente desrespeitado, quando substituído em suas funções por quem não tem qualificação para isso;
- e) O povo, como um todo, que sustenta essa insanidade, está sendo profundamente desrespeitado.

Dizer que não há candidatos aos cargos de professor, entre os licenciados aptos a receberem regência de classe, é tentar esconder a verdade cristalina: há, sim, muita gente qualificada; claro, com o salário oferecido, eles procuram outros rumos e acabam por se desviar da rota da Educação.

Dizer que não há dinheiro, sabemos todos, é uma mentira em que ninguém mais acredita. Dinheiro, nós temos. As prioridades colocadas é que devem ser revisadas.

Resta a pergunta: Continuaremos convivendo, covardemente, com toda essa hipocrisia?

Sobre esta seção: A publicação de artigos enviados à editoria da Revista Adverso somente ocorrerá quando respeitadas as normas. O material deve conter título, assinatura e crédito do autor. O tamanho do texto deve ser de, no mínimo, 2700 caracteres com espaço, devendo ocupar no máximo uma página, o que equivale a 4200 caracteres com espaço. Não serão publicadas notas de rodapé, exceto quando for fundamental (podendo, neste caso, serem inseridas até duas notas).

Mais uma vez, a questão da escolha do reitor

por **Renato de Oliveira**, professor do Departamento de Sociologia da Ufrgs

Uma consulta prévia à comunidade universitária para a escolha do reitor é garantia de democracia? A resposta a esta questão implica no exame de duas preliminares. Primeira: a função da universidade e o conjunto de interesses que este exercício envolve. Segunda: as atribuições do cargo de reitor.

A função de uma universidade é ser mediadora do desenvolvimento da sociedade em que se insere, como diz Lalande (Dicionário Técnico e Crítico da Filosofia): mediadora no sentido de "exercer a ação de servir de intermediária entre um termo ou um ser do qual se parte, e um termo ou um ser ao qual se chega, sendo esta ação produtora do segundo, ou ao menos condição de sua produção". Ora, a universidade não é produtora do desenvolvimento, mas condição de sua produção. Isto é cada vez mais claro na chamada "sociedade do conhecimento". Sendo a universidade a produtora do ativo principal da sociedade, sem boas universidades uma sociedade, dependendo das circunstâncias, até poderá expandir sua atividade econômica, mas não se desenvolverá.

Uma universidade mexe com interesses de toda a sociedade. Sua comunidade interna é a executora da ação de mediação. Com muito mais razão, os grupos sociais cujos interesses estão envolvidos no desenvolvimento têm o que dizer sobre as prioridades, a forma, os rumos, enfim, sobre a ação da sua universidade. Ou seja, a questão da democracia em uma universidade não se resolve internamente, mas sim pela sua relação com a sociedade.

Isto remete à segunda questão. O que se espera do dirigente de uma universidade? Sua escolha pela comunidade universitária supõe que, no cargo, ele seja um representante dos interesses desta, o que é um equívoco. No exercício das suas atribuições, um reitor pode ser obrigado a contrariar parte dos interesses da "sua" comunidade. É claro que a absorção dos imperativos decorrentes da função social da instituição no dia a dia da comunidade interna não pode ser realizada de modo impositivo e autoritário. Tais imperativos, para serem efetivamente cumpridos como normas da convivência, supõem debate que resulte na adesão dos membros da comunidade como resultado do seu amadurecimento pelo próprio debate, o que supõe negociações e acordos. Para isto, existem os órgãos colegiados da universidade, que constituem seu espaço público interno, ou seja, as instâncias nas quais a comunidade acadêmica transforma a vontade pública que orienta a universidade em ação concreta.

Um processo democrático de escolha é aquele que busca o mais capacitado a zelar para que a universidade cumpra sua função. A escolha deve visar ao futuro, antes de fundar-

se nos interesses presentes das corporações internas.

No caso da Ufrgs, visar ao futuro significa assegurar as condições para que a mesma dê o salto – pelo qual a sociedade gaúcha anseia e para o qual está madura – em direção à alta qualificação segundo critérios internacionais. Algumas iniciativas do próximo reitorado são necessárias para isto: aprofundar a vocação de universidade com base na pesquisa, aprofundar sua interação com a sociedade com vistas à inovação tecnológica e cultural; aprofundar a internacionalização do trabalho acadêmico; atender à expansão qualificada das suas atividades; recuperar, modernizar e expandir sua infraestrutura material; internalizar normas que permitam aos seus pesquisadores participarem nos resultados dos seus projetos.

Na escolha do dirigente que melhor reúna condições para essas iniciativas, é o conselho universitário que deve tomar o processo em mãos. Sua composição atual está longe de ser democrática, é bem verdade. Menos pelo peso relativo dos docentes em face dos estudantes e funcionários, e mais pela ausência, para todos os efeitos práticos, de representação consistente dos interesses que formam a sociedade gaúcha. No entanto, nada impede que o Conselho tome a si a tarefa de superar esse vazio, ouvindo os diversos setores da sociedade, acolhendo e interpretando seus interesses. Para isto, basta seguir a norma adotada pelas principais universidades do mundo: instituir um comitê de busca, com a missão de apresentar ao Conselho uma proposta de lista tríplice de candidatos a reitor.

Comitês de busca não constituem uma norma burocrática ou simplesmente meritocrática. Pelo contrário, são o reconhecimento, por parte da comunidade universitária, de que o imperativo maior a que ela se submete é seu compromisso em face da sociedade, que deverá ser cumprido através de critérios claros e públicos de escolha de seu dirigente maior. Isto não significa renunciar aos seus interesses: estes se farão presentes no debate interno e continuarão a ter guarida nas associações sindicais que a organizam.

Continuar insistindo em eleições para reitor, como se de um dirigente político se tratasse, significa impor um condicionante à legitimidade do regime político que seguiu-se à ditadura militar, como se este fosse estrutural e definitivamente incapaz de equacionar democraticamente os interesses da sociedade brasileira. A cultura democrática necessária à vida nacional não será o resultado do confronto direto e da perene medição de forças em todas as instâncias da vida institucional. O grande desafio que a emergência dessa cultura impõe é o diálogo, com base em propósitos claros que contemplem o interesse público.

Porto Alegre entra na agenda contestadora do mundo

Movimento Occupy Wall Street chega à Capital com projetos locais e algumas polêmicas

por Luana Fuentesfria

Quando centenas de pessoas montaram acampamento no centro do poder do Estado - a praça da Matriz de Porto Alegre - a única certeza era apenas uma ideia. Uma ideia comum a diversos centros da economia ao redor do planeta: a construção de uma verdadeira democracia que resulte em direitos econômicos e sociais distribuídos equitativamente. A máscara alusiva ao filme *V de Vingança* no rosto de algumas pessoas deixou claro que a proposta ali era imortalizar um propósito. Desde este dia, 15 de outubro de 2011, novas manifestações do movimento Occupy Wall Street já aconteceram pelo mundo. Em novembro, manifestantes norte-americanos tentaram atrasar o pregão da bolsa de valores mais importante do mundo em Washington, em mais uma ação que não deixa dúvidas sobre o seu principal alvo: o sistema financeiro mundial.

A tal ideia, que carregou milhares de pessoas a praças de vários continentes, se manifestou em Porto Alegre nos últimos meses com o nome de 15oPOA e com o caráter necessário para chamar a atenção às mudanças almejadas pelo movimento local para a capital gaúcha. Além da participação popular direta, a corrupção, a ampliação dos avanços econômicos e sociais do País, a democratização da comunicação - com um novo marco regulatório para a mídia e para a internet - e o retorno do Fórum Social Mundial a Porto Alegre foram algumas das reivindicações características da mobilização dos

gaúchos.

Semelhante ao movimento iniciado nos Estados Unidos, no Brasil, grupos de manifestantes se identificam com alguns pontos, afirma o coordenador da Associação Software Livre, Marcelo Branco, um dos ativistas envolvidos na mobilização na Capital, que frisa a diferente situação política. "Em Porto Alegre, temos que reconhecer os avanços nos últimos anos, nos âmbitos social econômico e político, onde se soma o avanço da democracia direta, com mecanismos como o Orçamento Participativo", salienta.

A abrangência da pauta é traduzida por alguns como falta de solidez na agenda, e questionada pelo professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, Giacomo Balbinotto, que traça um paralelo com importantes revoltas levantadas por meios tradicionais - os movimentos "Ocupe" seguem a onda da chamada Primavera Árabe, criada graças às plataformas virtuais, como as mídias sociais. Sem desmerecer a relevância do impacto midiático dos gritos em prol de 99% da população, Balbinotto caracteriza o movimento como "um protesto um pouco ingênuo de ocupar praças sem uma proposta concreta". "Em termos objetivos, não vemos alguma sugestão de modificação do sistema financeiro. Uma proposição que seria encaminhada aos fóruns adequados", critica. Conforme ele, como todo movimento, sua morte é certa se não for sustentado por políticas concretas.





O professor acredita, ainda, que se trata muito mais de um fenômeno midiático, porém que mostra um poder de mobilização contraditório, visto que se volta contra o instrumento que viabiliza as próprias corporações que proporcionam essa rede mundial. “Isso foi apresentado pelas empresas de internet, que são beneficiadas pelo sistema financeiro. É até uma contradição”, opina. Ele sustenta ainda que, apesar de questionamentos plausíveis, no Brasil as manifestações são menos sustentadas, visto que o sistema financeiro é bastante sólido.

A prática ainda nebulosa, no entanto, é para o ativista Marcelo Branco um detalhe, considerando-se que a finalidade comum a todos os países é clara. “É um movimento ainda em formação, que, como todos, surge com efervescência, então não tem pauta totalmente definida. E cada lugar encontra sua pauta específica, como na Espanha, que se manifesta contra a propriedade intelectual”, defende Branco. Conforme ele, a movimentação também instiga os governos a terem uma relação diferente com a população, não somente pelas vias tradicionais, podendo ser essa uma forma de construção de novas pautas políticas. Segundo o ativista, o que se contesta é a configuração de uma nova economia a serviço das pessoas e contra o sistema financeiro especulativo, além de se questionar o limite da democracia representativa e inclusive dos próprios partidos e sindicatos.

A psicóloga Anamaria Brasil de Miranda, mestranda em Psicologia Social e Institucional na Ufrgs, tem sido uma das vozes desta ideia. Ela defende que não só o Ocupe Porto Alegre tem reivindicações,

como “as tem em demasia”, por isso a possível sensação de inexistência. A verdadeira pauta, acredita, é a união de coletivos plurais para pensar em alternativas. “Somente o fato de existirem movimentos como esse, já é uma das pautas”, sentencia. Para Anamaria, há ainda muito avanço nas ações, porém calcula que não necessariamente isso aconteça em consenso. Conforme ela, desta concentração podem sair diversas iniciativas de participação e incidência em políticas públicas.

Ações complementares

Desde a manifestação contra uma reunião do Banco Mundial em Seattle, Inglaterra, em 1999, a naturalização de movimentações sem lideranças tem sido viável graças às ferramentas virtuais. Mobilizadoras de um número muito maior de agentes, no entanto, a nova onda não exclui as organizações tradicionais. Pelo contrário, são complementares, afirmam os ativistas do 15oPOA. A falta de intermediação na relação do indivíduo e da ação política e de hierarquização de pautas ou de organograma, conforme Marcelo Branco, inaugura uma nova era, em que é mais do que necessário o diálogo entre as diferentes formas de expressão.

Em Porto Alegre, esse foi o motivo para um confronto entre o Ocupe e a Marcha Contra a Corrupção, grupo que questionou a presença de bandeiras de partidos políticos na concentração realizada em outubro, no Parque Farroupilha, que culminou na ocupação da Praça da Matriz. “Um dos slogans principais é o de o que nos une são as ideias. Por isso, não existe pré-requisito para que esses manifestantes se juntem. Somente

precisam concordar com este tipo de luta”, explica Branco.

Os jovens, acredita o coordenador da Associação do Software Livre, entendem democracia como participação, questionando, assim, a intermediação de organizações. Participar diretamente, de forma horizontal, todavia, não exclui a importância das entidades hierarquizadas, como sindicatos. O único cuidado nessa convivência, observa, é que as organizações da era industrial não podem querer cooptar estes novos meios. “É possível que eles estejam juntos, até porque a pauta é parecida, mas cada um com sua característica própria”, avalia. Porto Alegre foi um exemplo positivo no País, com a participação de militantes partidários e de sindicatos, em especial do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (Sindibancários), que contribuiu com a infraestrutura do evento. “Tivemos grau de unidade, de fraternidade, que eu não via há muito tempo”, completa Branco.

A psicóloga Anamaria Brasil de Miranda não vê inconvenientes na união à Marcha Contra a Corrupção organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, desde que haja o debate necessário previamente. Isso porque, conforme ela, o 15oPOA, assim como a onda de protestos mundial, tem por objetivo atacar a raiz, e não a consequência dos problemas. “Podemos entrar juntos desde que entremos questionando e pensando em como fazer para atacar a temática da corrupção”, sentencia.

Internet é ferramenta das reivindicações

Em cada cidade do mundo, as pessoas reunidas no dia 15 de outubro carregaram consigo capital cultural e pautas diferentes. Em comum, no entanto, foram convidados por um mesmo ente: a internet. Isso porque, entre os pilares da manifestação 2.0 está a rede de indivíduos conectados sem intermediários (exceto por essa plataforma), a horizontalidade (sem hierarquia e com consenso), a reunião de indivíduos pelas ideias, a inteligência coletiva e a não violência.


O ativista Marcelo Branco, que esteve presente no princípio das movimentações na Espanha, por



Coordenador da Associação Software Livre, Marcelo Branco (no centro da foto) participou da ocupação na Praça da Matriz, em outubro deste ano

exemplo, diz ainda não saber onde isso pode parar, porém acredita na possibilidade de uma nova ordem estabelecida pelas dinâmicas sociais em rede, “uma possível realidade democrática participativa”. Ele ainda crê na oportunidade de os governos aproveitarem o momento para se utilizarem das redes sociais de fora a ampliar a participação cidadã direta.

Conforme Branco, o primeiro Fórum Social Mundial em 2001, em Porto Alegre, foi a primeira grande manifestação global desse tipo, com organização tendo como base a plataforma da internet. Esse ponto comum, o meio virtual, tem sustentado as grandes revoltas no mundo, da Primavera Árabe às manifestações contra o sistema educacional do Chile. No Fórum Social Temático, em 2012, a ideia é a disponibilização de um espaço de conexão global 2.0, onde serão organizados diálogos com o mundo por meio de conexões com pensadores, intelectuais e ativistas de Wall Street, Barcelona (Espanha), Chile, entre outros, a fim de promover a troca de experiências. Além disso, será um local para a formação dos militantes sociais nas novas mídias e oficinas de edição de vídeos e de cobertura colaborativa.

O professor da faculdade de Economia da Ufrgs, Giacomo Balbinotto, valoriza a diminuição nos custos de mobilização e de repercussão na imprensa mundial de movimentos erguidos por meios virtuais. “O que é importante é que o que essas manifestações são democráticas, têm espaço”, reconhece. Porém acredita que a importância da organização é anulada quando o alvo dos protestos são equivocados, como, por exemplo, dirigido a símbolos econômicos como Wall Street. 

Veterinários descobrem nova cepa do parvovírus canino no Estado

por Ana Esteves



Luciane Pinto (esq.) desenvolveu pesquisa com equipe do Laboratório de Virologia da Favet, coordenada pelo professor Cláudio Canal (dir.)

A equipe do Laboratório de Virologia da Faculdade de Veterinária da Ufrgs foi a pioneira na descoberta de uma nova cepa do parvovírus canino tipo 2 (CPV-2) classificada como subtipo 2c. As pesquisas realizadas pela doutoranda e médica veterinária Luciane Dubina Pinto, e equipe, com a coordenação do professor doutor Cláudio Wageck Canal, identificaram a presença do vírus em cães de vários municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e podem ser consideradas como o primeiro passo rumo ao desenvolvimento de uma nova vacina para a enfermidade, considerada grave e com altas taxas de mortalidade em animais não imunizados. “As vacinas atuais contêm os subtipos CPV-2 e CPV-2b, que possuem reação cruzada com o CPV-2a. Agora isolamos o subtipo 2c que pode ser útil para laboratórios que, no futuro, queiram, após a conclusão da pesquisa, utilizar esse material para produzir as vacinas voltadas especificamente para essa nova variedade do vírus”, explica a pesquisadora.

O parvovírus canino causa uma doença infecto-contagiosa que acomete, principalmente, o trato gastrointestinal dos animais, especialmente de filhotes com até seis meses de idade. Entre os sintomas típicos são observados vômitos, diarreias e desidratação, além de febre, anorexia e perda de peso que podem levar à morte do animal. O vírus é extremamente estável no meio-ambiente, podendo manter sua infectividade durante meses em determinadas condições, sendo ainda resistente a desinfetantes comuns. A infecção natural ocorre por via fecal-oral, pois o animal elimina grande quantidade de vírus pelas fezes. A replicação inicial do vírus ocorre em tecidos linfóides da faringe, dois dias após a infecção. Depois, em até cinco dias, o vírus se dissemina para outros tecidos, como a medula óssea e intestino delgado. Como facilitadores da transmissão viral, há também a participação do homem, que pode carregar o patógeno em seus sapatos, e os roedores e insetos que também participam da transmissão



Cães filhotes são principais vítimas da parvovirose

são da doença.

A pesquisadora lembra que o parvovírus canino tipo 2 é conhecido desde o final da década de 1970 como uma das causas mais comuns de diarreia infecciosa em filhotes, tendo sido descrito pela primeira vez em 1978. Até então, a comunidade científica tinha conhecimento apenas do parvovírus canino tipo 1, considerado apatogênico, com alguns relatos de aborto e reabsorção fetal. “O CPV-2 apresenta características antigênicas e genéticas semelhantes às do vírus da panleucopenia felina (FPLV)”, diz a veterinária. Segundo ela, o vírus da parvovirose canina apresenta os subtipos 2a, 2b e mais recentemente o 2c.


Sobre a possibilidade de que sejam desenvolvidas vacinas para o CPV- 2c, Luciane afirma que, no Brasil, o projeto ainda se encontra na fase de identificação da presença do vírus e isolamento do mesmo, não havendo ainda iniciativas de laboratórios para o desenvolvimento de vacina. Nos Estados Unidos e na Europa (primeiro relato do CPV-2c em 2000 na Itália), a comunidade científica permanece em discussão sobre a real necessidade de que sejam criadas formas de imunizar os animais. “Existe uma discussão em torno do assunto, pois muitos pesquisadores acham que existe reação cruzada entre as cepas das atuais vacinas e o subtipo novo. Outros concordam que as vacinas para uma proteção efetiva contra a parvovirose deveriam conter todas as cepas.” A pesquisadora lembra que houve surtos graves em canis da Europa e Estados Unidos em cães vacinados e que, mesmo assim, foram infectados pelo subtipo CPV-2c.

Pesquisa surgiu durante mestrado

Os estudos na Ufrgs iniciaram em 2008, pela iniciativa do então aluno de mestrado André Felipe Streck, que deu a largada coletando material de cães internados no Hospital de Clínicas Veterinárias da Universidade. Ele sequenciou o gene parcial que dá origem à proteína VP2 do capsídeo viral e constatou

a mutação que caracteriza o subtipo 2c. Streck e equipe publicaram o primeiro relato desse subtipo no Brasil. “Fiz parte dessa primeira pesquisa e ampliei o número de amostras analisadas no meu doutorado”, conta Luciane. Ela decidiu expandir a coleta de amostras dos cães para vários municípios gaúchos, como Passo Fundo, Bagé, Viamão, Livramento, e Cachoeirinha, e para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, e Rondônia. Foram realizados exames em animais com e sem sintomas da doença e detectada a presença dos três tipos virais. “Também pesquisei em cães de Santa Catarina e Paraná onde também foi detectado o subtipo 2c”. A ideia do projeto foi, em um primeiro momento, encontrar a existência do vírus em diversas localidades e, a partir daí, fazer um mapeamento para ver onde o patógeno se encontrava e também descrever sua filogenia – estudo evolutivo que ilustra as relações de parentesco entre grupos de organismos.

Luciane afirma que apesar de terem sido identificados animais infectados em diversas localidades, não há dados suficientes para determinar a ocorrência de surtos de parvo 2c. “Não fizemos um delineamento epidemiológico para definir a existência de surtos da doença causada pelo tipo 2c, pois esse não era o objetivo do trabalho. Mas isso poderá ser feito no futuro”. A pesquisadora irá finalizar sua tese em 2012, com apresentação prevista para 2013. “Após a fase de detecção do parvovírus, quero trabalhar com o diagnóstico diferencial de outros vírus que causam gastroenterite como o coronavírus e rotavírus”, projeta.

A doutoranda, que trabalhou por mais de 10 anos como clínica de cães e gatos, destaca a importância da vacinação como prevenção dessas doenças infecciosas caninas. “O brasileiro é falho na imunização de seus animais de estimação por não fornecer todas as doses necessárias, isto pode ser explicado pelo custo da vacina, que é alto”. Luciane explica que a vacina utilizada é a polivalente que contém, além do parvovírus canino, outros agentes como o vírus da cinomose, adenovírus tipo 2, vírus da hepatite, vírus da parainfluenza, coronavírus e leptospiros, devendo ser administrada uma vez por ano, junto com a vacina da raiva. As primeiras doses fornecidas aos filhotes com idade de 45 a 60 dias, são de três a quatro com intervalos de 21 dias entre cada aplicação, sendo esse manejo primordial para uma boa imunização. As condições de armazenamento destas vacinas são muito importantes para que elas não percam sua efetividade. Não se pode, por exemplo, congelar os frascos, pois devem ficar a uma temperatura de 4° a 8° graus. 

Nadya Pesce da Silveira

"A defasagem tecnológica é resultado da falta de investimento em pesquisa"

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) sofreu um processo de corte de investimentos nos últimos anos que enfraqueceram bastante a sua atuação como entidade fomentadora da pesquisa no Estado. Em 2010, por exemplo, o Rio Grande do Sul investiu em pesquisa R\$ 0,8 por habitante e, aproximadamente, R\$ 1,3 por doutor atuante. No mesmo período, o estado de São Paulo investiu cerca de R\$ 15,00 por habitante e R\$ 28,00 por doutor. Também o Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro chegam a investir de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 por habitante e até R\$ 30,00 por doutor atuante no estado.

Em entrevista à revista Adverso, a professora Nadya Pesce da Silveira, diretora científica da Fapergs, fala sobre a realidade da Fundação e sobre os planos para a recuperação de seu papel como instituição de fomento à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação. Ela defende a urgência desse fortalecimento como uma condição para o Rio Grande do Sul superar o quadro de estagnação econômica: "Eu arrisco dizer que a situação em que se encontra o Estado em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico está necessariamente ligada ao fato de que não houve investimento adequado, nos últimos 20 anos, em pesquisa, desenvolvimento e inovação. A defasagem econômica e tecnológica do Rio Grande do Sul em relação a outros estados brasileiros está ligada a esse fato", sentencia. ➤

por Marco Aurélio Weissheimer

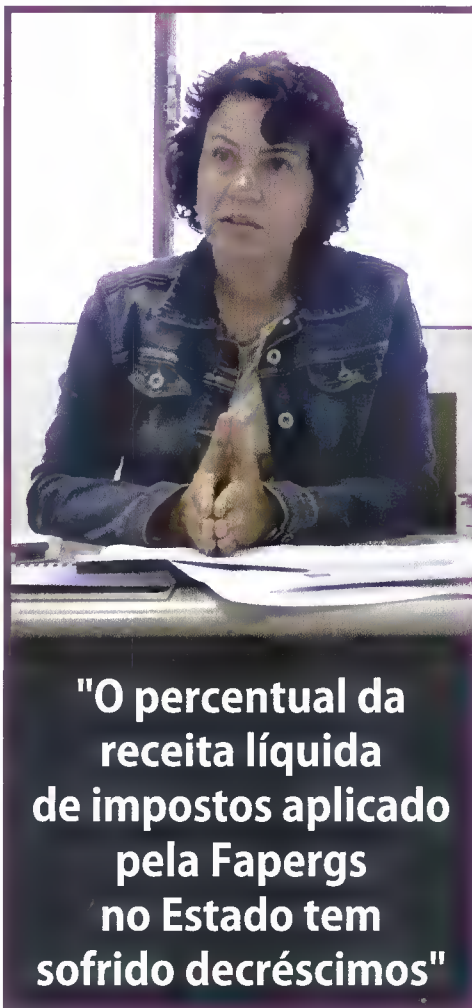
Adverso: Qual é o papel da Fapergs hoje na promoção da pesquisa científica no Rio Grande do Sul?

Nadya Pesce da Silveira: A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul foi criada em dezembro de 1964, o que faz dela a segunda mais antiga do Brasil, ficando atrás apenas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Só em 1980 é que começaram a ser criadas outras fundações e, atualmente, somam-se 25 entidades do gênero em todo o País. A atuação da Fapergs sempre esteve ligada à ideia de desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. A finalidade da Fundação é promover atividades de fomento, apoio e incentivo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e a processos de inovação. As fundações fomentam todas as áreas do conhecimento. A Fapergs tem 14 comitês assessores que correspondem às grandes áreas do conhecimento apoiadas por projetos de financiamento.

Adverso: Qual é o cenário de investimentos da Fapergs no Estado?

Nadya: Um ponto interessante de abordar é a situação do investimento nos estados da Federação em relação ao número de doutores que atuam nestes respectivos estados. Temos aí um quadro um pouco desanimador em relação ao Rio Grande do Sul. Em 2010, por exemplo, foi investido R\$ 0,8 por habitante e, aproximadamente, R\$ 1,3 por doutor. O que isso significa em relação a outros estados? No mesmo período, São Paulo investiu cerca de R\$ 15 por habitante e R\$ 28 por doutor. Alguém poderá argumentar que São Paulo tem um Produto Interno Bruto (PIB) muito maior que o nosso. Mas não é só São Paulo. Outros estados como

Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro chegam a investir de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 por habitante e até R\$ 30,00 por doutor atuante no estado.



Adverso: O que é considerado exatamente como investimento por doutor atuante?

Nadya: É o investimento financeiro em projetos – bolsas incluídas – de pesquisa por meio da fundação. Para calcular esse índice de investimento, considera-se o número de doutores no estado e divide-se pelo valor aplicado pela fundação. No período de 2007 a 2010, por exemplo, a Fapergs foi contemplada com repasses de R\$ 45 milhões, o que corresponde apenas a 6% dos repasses realizados

conforme o que está previsto na lei. O percentual da receita líquida de impostos efetivamente aplicado pela Fapergs no Estado tem sofrido decréscimos ao longo do tempo. Em 2010, a receita líquida do Rio Grande do Sul foi de R\$ 14 bilhões. Pela lei, deveríamos ter recebido R\$ 218,6 milhões neste período para aplicar em pesquisa, mas recebemos apenas R\$ 23,1 milhões. Isso significa que a Fundação recebeu 10,6% do repasse que deveria receber por lei. Esse quadro de corte de investimentos vem sendo construído há alguns anos. Em 1995, a receita líquida de impostos do Estado foi de R\$ 2,6 bilhões. Naquele ano, deveríamos receber R\$ 40 milhões, mas recebemos apenas R\$ 5 milhões. Em 2005, a receita líquida do Estado foi R\$ 9,3 bilhões e recebemos R\$ 22 milhões. Em 2008, de R\$ 12,5 bilhões arrecadados, recebemos apenas R\$ 4,7 milhões, ou seja, houve uma redução drástica nos repasses. Entre 1995 e 1998, recebemos 23% do previsto em lei; entre 1999 e 2002, foi 20% do previsto em lei; entre 2003 e 2006, 11% do determinado; e entre 2007 e 2010, apenas 6% do previsto em lei. Tivemos neste período, portanto, um quadro decrescente de investimentos. Isso começou a mudar a partir do final do ano passado. Em 2009, tivemos um repasse de R\$ 8,9 milhões, e, no final de 2010, recebemos R\$ 23,1 milhões. A previsão para esse ano é de R\$ 30 milhões. Estamos gerenciando junto ao governo do Estado para que esse repasse seja feito progressivamente em maior proporção até atingir um nível

que equipare a Fapergs a outras fundações de apoio à pesquisa em termos de capacidade de investimento. Do ponto de vista dos recursos que essas fundações recebem no Brasil, a Fapergs está entre as que recebem menos recursos por doutor no País. Os doutores são os maiores demandantes de verbas para pesquisa. O Rio Grande do Sul está numa posição desvantajosa neste tema.

Adverso: Todos os recursos da Fapergs hoje são oriundos do Estado ou há uma parte que vem do governo federal?

Nadya: Trabalhamos também com recursos do CNPq, da Capes e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), para os quais o Estado coloca uma contrapartida. Mas essa contrapartida está prevista dentro do repasse que recebemos do Estado. A partir deste ano, o governador Tarso Genro acenou com a possibilidade de, além do repasse oficialmente previsto no Plano Plurianual, o governo estadual colocar uma contrapartida extra no caso de verbas externas captadas, via outras agências, ou mesmo via empresas. Estamos trabalhando com essa expectativa. O que tem acontecido nos últimos anos é que as fundações de amparo à pesquisa trabalham com outras agências, mas para que estas coloquem dinheiro nas fundações é necessário que tenham uma verba de contrapartida. Recentemente conseguimos retomar uma negociação e obter recursos para um projeto relacionado às ciências do mar. Hávamos quase perdido essa possibilidade de investimento por falta de contrapartida, cujos percentuais, normalmente, são de um terço do valor total do projeto, podendo chegar até a metade

desse valor. Nós conseguimos que o laboratório nacional ligado às ciências do mar passasse a ser contemplado com recursos a partir deste ano, no momento em que conseguimos garantir uma contrapartida.

Analizando historicamente o investimento das agências nas fundações de amparo dos estados da Federação, veremos que o Rio Grande do Sul fica muito aquém de outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Santa Catarina, deixando a desejar no que diz respeito às contrapartidas de investimentos de agências nacionais. Como temos um grande número de doutores e muitas instituições fortes em pesquisa, há possibilidade de trazermos verbas de outras agências, mas essa possibilidade depende da oferta de contrapartidas por parte do Estado. No ano passado tivemos muitos problemas em relação a isso, mas agora estamos retomando o diálogo com o governo estadual, via Secretaria de Ciência e Tecnologia, para que essas verbas de contrapartida possam existir para projetos maiores.

Adverso: Os números mostram que os últimos governos parecem não ter levado muito a sério a possibilidade de a pesquisa científica contribuir com o desenvolvimento do Estado...

Nadya: O fomento à pesquisa científica é o carro-chefe da Fapergs, e é a atividade que mais demanda investimentos. Nós falamos até aqui dos recursos que o Estado aporta para a Fundação, mas é importante olhar para outra face dessa questão: por que é importante, para o Rio Grande do Sul, investir mais em fomento à pesquisa científica? Mais uma vez aqui vale a pena fazer uma comparação com o que ocorre em

outros estados. Em 2010, o Brasil tinha 136.500 doutores cadastrados no CNPq. Destes, 11.500 estavam no Rio Grande do Sul, ou seja, quase 10% do total nacional. Esse número indica que a nossa fundação deveria estar entre aquelas que dispõem de mais recursos, o que não aconteceu nos últimos anos. Nos países considerados desenvolvidos, os gastos relacionados a investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação chegam, às vezes, até 2% do PIB. Aqui no Brasil, estamos com algo em torno de 0,5% do PIB. Somando-se gastos públicos e privados, talvez cheguemos a 1% do PIB. Nos Estados Unidos, esses gastos chegam a 3% do PIB. Isso está diretamente relacionado com desenvolvimento. A partir do momento em que se investe em pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, está se investindo também no aumento do Produto Interno Bruto de um país. Há estudos que mostram que esse valor investido pode triplicar em até três anos. Eu arrisco dizer que a situação em que se encontra o Estado em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico está necessariamente ligada ao fato de que não houve investimento adequado, nos últimos 20 anos, em pesquisa, desenvolvimento e inovação. A defasagem econômica e tecnológica do Rio Grande do Sul em relação a outros estados brasileiros está ligada a esse fato. Um outro fator que tem afetado o Estado é a fuga de doutores para outras regiões do Brasil e até mesmo para o exterior, em função da falta de investimentos e de oportunidades de desenvolvimento de projetos de pesquisa, além das políticas salariais aqui praticadas. Estamos perdendo pesquisadores em áreas estratégicas como microeletrônica e petroquímica e mesmo na área

das ciências humanas e sociais.

Adverso: Quais são os projetos da Fapergs para os próximos anos?

Nadya: Partindo do princípio de que existe um compromisso por parte do governo de aportar recursos crescentes à Fapergs, temos trabalhado dentro de nossas áreas de atuação com programas de fomento que irão crescer ao longo dos próximos quatro anos. No período entre 2012 e 2015, temos, por exemplo, programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica destinados a incentivar o envolvimento de alunos de graduação em pesquisa. Em 2012, vamos disponibilizar 2.500 bolsas. Também teremos bolsas de mestrado e doutorado para professores do ensino público (médio e fundamental), em parceria com a Capes, com um investimento de R\$ 30,2 milhões. Estamos trabalhando também com o projeto Pesquisador na Empresa, junto com o Sebrae, que concede bolsas para profissionais mestrando e doutorando que estejam ligados a programas de pós-graduação no Estado para execução de projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação. Nos próximos quatro anos serão aplicados R\$ 7 milhões neste projeto. Este ano tivemos, também em parceria com o Sebrae, o lançamento do edital do projeto Doutor na Empresa, que busca a manutenção de doutores no Estado junto a pequenas e micro empresas. Outra iniciativa é o programa Pesquisador Gaúcho que visa dar apoio às atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento. Temos em andamento também um programa de apoio a núcleos de excelência junto com o CNPq e com contrapartida do governo estadual. Financiamos 54 núcleos de excelência no Estado e pretendemos

manter esse projeto em funcionamento. Temos ainda programas de apoio a núcleos emergentes, dirigido a pesquisadores com menos de 15 anos de doutorado. Além disso, a Fapergs mantém programas de apoio à organização de eventos no Estado e à



"Queremos aumentar o volume de recursos destinados à inovação em empresas, com contrapartidas por parte do Estado"

participação de nossos pesquisadores em eventos em outros estados e no exterior. Nesta linha, a fundação tem ainda um programa de auxílio à colaboração internacional que visa apoiar o desenvolvimento de pesquisas conjuntas.

Adverso: E quais são os projetos que estão sendo desenvolvidos e apoiados pela Fapergs?

Nadya: A Fundação definiu como uma de suas prioridades apoiar planos na área de pesquisas sobre mudanças climáticas, com recursos que devem ser captados em parceria com o Estado. Além disso, há um programa grande em fase de implementação que se denomina Biota Fapergs, que tem como objetivo ampliar o nosso conhecimento sobre a biodiversidade do Rio Grande do Sul. Esse projeto foi estruturado no ano passado e está em fase de captação de recursos. Nós pretendemos apoiar de maneira sistemática projetos em rede de pesquisadores no Rio Grande do Sul. O projeto Biota Fapergs engloba praticamente todas as instituições de ensino e pesquisa do Estado, envolvendo 254 pesquisadores cadastrados.

Adverso: Qual a previsão de investimentos para esse projeto de pesquisa sobre a biodiversidade gaúcha?

Nadya: Já existem alguns pequenos e médios projetos sobre esse tema sendo executados no Estado, mas precisamos de recursos mais volumosos para que a rede possa se concretizar fisicamente. A previsão de recursos para o projeto voltado à biodiversidade é de R\$ 30 milhões, considerando um período de 10 anos de pesquisa. Estamos trabalhando com captação de recursos em três níveis: pequeno, médio e longo prazo. E estamos buscando esses recursos junto ao governo federal e também ao setor privado. A partir do ano que vem, teremos também, em parceria com a Capes, um programa destinado à compra de equipamentos para pesquisa científica no Estado. É importante também salientar que estamos trabalhando, do ponto de vista estratégico, na formulação e implementação de políticas de fomento para apoiar

pesquisas em empresas e em núcleos de inovação em ciência e tecnologia. Para tanto, estamos buscando recursos junto ao Sebrae, à Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) e à Finep, para relançar o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas, com o financiamento de bolsistas dentro das empresas. Nesta mesma linha, queremos fortalecer os projetos para a inovação. A ideia é apoiar trabalhos ligados a empresas que queiram inovar e lançar produtos que sejam tecnologicamente novos e que possam ser comercializados, no médio prazo, a partir do Estado do Rio Grande do Sul. Isso inclui itens como produtos farmacêuticos e também produtos que entram na cadeia de comercialização das grandes empresas na área petroquímica, na área calçadista e na área de exploração de petróleo, para citar três exemplos.

Adverso: Essas áreas foram definidas como prioritárias para fomentar a inovação?

Nadya: O Estado do Rio Grande do Sul elegeu algumas áreas como prioridade: exploração petrolífera, energia e saúde, entre elas. Então, nós da Fapergs também precisamos trabalhar, em parte, com recursos vinculados a essas áreas. Já fizemos isso e precisamos conseguir novos recursos para incentivar a inovação, especialmente em pequenas e médias empresas. Nosso objetivo, neste contexto, é vincular o pesquisador atuante no Estado às instituições de pesquisa e também a empresas interessadas em investir em inovação. Nós temos hoje de 70% a 80% das nossas linhas de fomento voltadas a pesquisas desenvolvidas em universidades e instituições de pesquisas públicas e privadas sem fins lucrativos, e de 20% a 30% voltadas a projetos de inovação em empresas. Queremos aumentar um pouco esse




A diretora científica da Fapergs destaca importância da Fundação na produção do desenvolvimento

volume de recursos destinados à inovação em empresas, não retirando recursos da pesquisa básica, mas conseguindo recursos novos e garantindo contrapartidas por parte do Estado. No médio prazo, também estamos planejando lançar editais para incentivar a transferência de tecnologias. A ideia é transmitir conhecimentos gerados na pesquisa para aplicação tecnológica e inovação nas empresas. Há muitos frutos de pesquisas financiadas pela Fapergs que não conseguem ser transferidos para aplicação tecnológica por falta de investimento. Isso envolve, entre outras coisas, compra de equipamentos e pagamento de pessoal especializado para desenvolvimento de processos de escalonamento de produção e implementação de uma linha de produção dentro da empresa.

Adverso: Na sua opinião, qual a principal desafio que a Fapergs enfrenta para conseguir os recursos necessários à implementação desses projetos e para fortalecer seu papel de agente indutor e fomentador

da pesquisa no Estado?

Nadya: Precisamos voltar a colocar a Fapergs no patamar que ela teve quando de sua criação como órgão de referência no fomento à pesquisa no Rio Grande do Sul. É importante que a sociedade saiba o que já foi feito de concreto com as pesquisas apoiadas pela Fundação. A Fapergs foi responsável, por exemplo, pela criação do primeiro instituto de biotecnologia do Estado, na Universidade de Caxias do Sul, e pela criação do Centro de Biotecnologia no Estado. Ela também foi a principal responsável pelo desenvolvimento do plantio direto no Brasil, ao fomentar, na década de 1970, estudos relacionados a esse tema no Rio Grande do Sul. Esses estudos tornaram-se referência para o resto do País. A Fapergs também fomentou pesquisas na área da produção da aveia, sendo responsável pela autossuficiência no cultivo deste cereal. É importante que a sociedade saiba disso. Essa é uma condição para fortalecer a Fundação e sua atuação como fomentadora de pesquisa e desenvolvimento. 

Campus da Ufrgs na Serra terá projeto concluído até final de 2012

Universidade ainda não tem definido o município para a instalação da estrutura

Após o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff, no mês de agosto, sobre a criação de 300 novas vagas para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) até 2012, por meio da conclusão do campus de Tramandaí, outra questão volta à discussão: a criação de um campus da instituição na Serra gaúcha.

Aprovado pelo Conselho Comunitário Consultivo (Consul), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade prevê a instalação de dois campi para a Ufrgs: o primeiro, no litoral norte do Estado, cujo projeto já está em desenvolvimento, e o segundo, na Serra gaúcha, ainda em fase de elaboração. O PDI é uma orientação de como a Universidade deve se desenvolver nos próximos cinco anos.

De acordo com o vice-reitor da Ufrgs, Rui Vicente Oppermann, a concepção do projeto para a implementação de um campus na Serra iniciou 18 meses depois do voltado ao Litoral Norte, motivo pelo qual encontra-se mais atrasado em seu desenvolvimento. Para as discussões sobre a instalação da Instituição, foi criado um comitê integrado por representantes de várias prefeituras da região, da associação dos municípios da encosta superior da Serra, dos sindicatos, entre outros. O objetivo do grupo é auxiliar a interação entre a Universidade e as comunidades de cada área, para que seja possível reconhecer as potencialidades, as dificuldades e as possíveis localizações. "A Ufrgs quer que a sua presença seja decidida por toda a comunidade", explica Oppermann.

No mês de julho, o comitê reuniu-se em Farroupilha, onde foram agendadas três consultas públicas para os meses de setembro, outubro e novembro em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Veranópolis, res-

pectivamente. Oppermann afirma que ainda não está definida a cidade onde o campus será estabelecido e que a escolha será realizada após estudo de resultados das audiências: "Essas consultas públicas são justamente a oportunidade que se tem de ouvir a comunidade e apresentar o que a Ufrgs pensa a respeito da sua presença na Serra, a fim de que a gente possa ter uma visão geral do que será o campus e onde ele será localizado".

Para a escolha do local, alguns fatores importantes serão levados em conta, dentre eles, a questão da logística, visto que o lugar deve ser de fácil acesso para todas as comunidades da Serra; e o espaço físico para a construção, pois deve ser uma área que possibilite a futura expansão da Universidade. O vice-reitor destaca também que a escolha da cidade tem sido um ponto muito difícil devido à grande disputa que há entre os municípios, em especial, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, ambos defendendo as suas regiões.

Apesar de não haver ainda um plano definido, Oppermann já tem algumas opiniões: "Considero que a Serra tem características econômicas, políticas, culturais e sociais totalmente diferentes do Litoral Norte. É uma região altamente industrializada, tem uma agricultura familiar muito bem estabelecida, tem culturas bem tradicionais, e a questão sócio-econômica de uma área rica para os padrões do Estado. Portanto, o tipo de campus que a Universidade vai ter ali será no sentido de aumentar ainda mais o desenvolvimento da região", explica. É possível que o campus seja voltado para a área de ciência e tecnologia, com ênfase para os processos de produção na área agrícola ou na área industrial.



No aguardo de propostas dos municípios


Do mesmo modo que para a implementação do campus no Litoral, cidades como Osório, Capão da Canoa, Torres e Xangrilá cederam espaços que poderiam ter se constituído no campus, Oppermann espera que as prefeituras da Serra também ofereçam suas propostas.

Quanto à questão financeira, o vice-reitor diz que também não está definida. Primeiramente, é preciso licitar o projeto - que será o plano diretor do campus, responsável por orientar as primeiras edificações e a infraestrutura - para então buscar os recursos necessários à construção. No Litoral Norte, por exemplo, houve a contribuição do MEC e da bancada gaúcha no Congresso Nacional. Mas a verba não é uma preocupação para Oppermann. "Eu me preocupo mais, e todos sabem disso, é com a autorização para a contratação de servidores", afirma. Tanto o campus do Litoral quanto o campus da Serra poderão funcionar apenas a partir da contratação de novos docentes e novos técnicos administrativos. No entanto, a autorização para a contratação e criação de cargos depende de uma decisão no Congresso Nacional. "Então, como a gente sabe que o Congresso tem a sua dinâmica, nós imaginamos que o tempo que levar este projeto de lei é o tempo que nós vamos precisar para começar em ambos os campi".

Outro ponto destacado por Oppermann é a apro-

vação dos projetos político-pedagógicos dos campi pelo Conselho Universitário. O campus da Serra ainda não tem um projeto político-pedagógico definido. A partir dele será possível indicar o número de docentes e técnicos administrativos necessários, além da demanda de estudantes contemplados.

Ambos os campi não terão parceria como base para a implementação. Segundo o vice-reitor, as instituições devem ser suficientemente autônomas para funcionar sem entidades apoiadoras. Isso não significa, todavia, que trabalharão de forma isolada. "Nós queremos que as mesmas interações que a Ufrgs tem com a sua comunidade porto-alegrense, da Região Metropolitana, e mesmo do Estado como um todo, se reproduzam nestes campi", aponta. Dentre as possibilidades na Serra, há a intenção de interações com as prefeituras, na área da formação de professores - sendo esta uma das prioridades - , na indústria, habilitando novos processos; na área da pesquisa ou de formação profissional; e mercado de trabalho, buscando desenvolver aspectos das áreas de produção industrial e rural.

Conforme o vice-reitor, 2012 será o momento de ultimar o projeto arquitetônico, buscar recursos e, possivelmente, trabalhar com a possibilidade dos recursos humanos. "Até o final do ano que vem, iremos apresentar o projeto ao MEC", garante. 



Ufrgs e UFCSPA se destacam em avaliação nacional do MEC

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, em novembro, o Índice Geral de Cursos (IGC) 2009, que avaliou 2.137 instituições de ensino superior do País. No ranking geral, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) ficaram entre as 25 de melhor pontuação.

Do total de faculdades, centros universitários e universidades, somente 25 receberam nota 5, entre elas, 14 públicas (Ufrgs e UFCSPA, inclusive) e 11 privadas. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Puc-RS) ganhou nota 4. A lista é encabeçada pela Escola Brasileira de Economia e Finanças (Ebef), privada, do Rio de Janeiro, que somou 487 pontos. A Ufrgs se situa em 15º lugar geral, com 422 pontos, e a UFCSPA, em 22º, com 405. Entre as privadas gaúchas, a Puc-RS e a Faculdade América Latina, de Caxias do Sul, aparecem no topo do ranking da Região Sul, ambas com nota 4.

Segundo a superintendente de Educação e Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, Bernardete Gatti, a tendência que aparece na pesquisa é a de que as instituições de melhor qualidade se concentrem entre as públicas, com a exceção de algumas particulares que investem pesado no ensino.

O resultado é que, das 699 instituições de ensino superior (IES) que obtiveram resultado insatisfatório no IGC 2009, 93% são privadas. Ao mesmo tempo, o ranking é liderado por três privadas, além da Ebef, também a Faculdade de Administração de Empresas (Facamp, de São Paulo) e a Escola de Economia de São Paulo (Eesp). "A universidade pública tem uma forma bem mais rigorosa de contratação de docentes, e cos-

tuma ligar o ensino à pesquisa. Nas privadas, a contratação dos professores costuma ser por hora/aula. Isso faz com que acabem dando mais aulas, dificilmente têm horas para pesquisas", ressalta Bernardete.

O estudo também apresenta dados preocupantes. Quase 34% dos cursos superiores avaliados em 2009 pelo MEC obtiveram resultado insatisfatório. Ao todo, 1.696 graduações receberam nota 1 ou 2 no Conceito Preliminar de Curso (CPC), em uma escala de 1 a 5. O indicador avalia a qualidade do ensino oferecido a partir da nota obtida pelos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a titulação e o regime de trabalho do corpo docente e a infraestrutura oferecida. Os resultados 1 e 2 são considerados insatisfatórios, 3 é razoável, e 4 e 5, bons. A maioria dos cursos (51,47%) foi considerada razoável, e apenas 15% atingiram CPC 4 e 5.

Agora, todos os cursos com nota inferior a 3 serão visitados por comissões de supervisão do MEC. A partir do diagnóstico, pode ser firmado um protocolo de compromissos com medidas para sanar as deficiências. Entre as providências estão a redução das vagas e a proibição de novos ingressos.

Fonte: Zero Hora



Dois cursos gaúchos são apontados como melhores do País

Os cursos de Fonoaudiologia, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), e de Biomedicina, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), se destacaram na avaliação do MEC divulgada em novembro. Os dois cursos desbancaram as demais graduações do País nas duas áreas e ficaram no topo dos seus respectivos rankings.

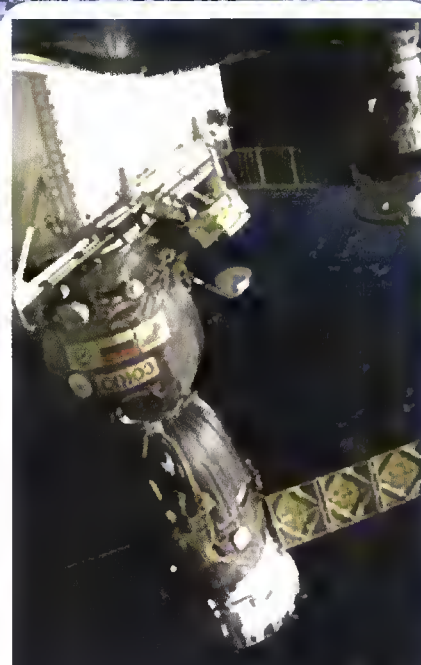
A classificação foi gerada a partir do Conceito Preliminar de Curso (CPC), índice que leva em conta as notas do Enade e inspeções feitas por especialistas, a fim de verificar fatores como corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica. Em 2010, o Enade testou os conhecimentos de alunos das áreas da saúde e das ciências agrárias.

Fonte: Zero Hora

Brasil deve estudar clima e camada de ozônio em conjunto com a Nasa

O administrador da Agência Espacial Americana (Nasa) em visita ao Brasil, Charles Bolden, assinou um acordo de cooperação com a Agência Espacial Brasileira (AEB) para que o País compartilhe equipamentos, dados, treinamento e tecnologia americana. Esta é a primeira viagem feita à América do Sul nos últimos oito anos por um administrador da agência espacial dos EUA. A cidade de Maxaranguape, no Rio Grande do Norte, será a base de lançamento de balões atmosféricos para análises da camada de ozônio. O Brasil também irá colaborar com o programa GPM (Global Precipitation Measurement), que conta com a participação da Jaxa, a Agência Espacial Japonesa. O sistema reúne informações sobre a precipitação de chuvas e neve, incluindo imagens em 3-D mais apuradas. Bolden estenderá sua viagem ao Chile, à Argentina e à Costa Rica para discutir acordos com os governos desses três países.

Fonte: Folha de São Paulo



Organismo unicelular com mais de 10 cm vive no Pacífico

Pesquisadores que voltaram de uma expedição às Fossas das Marianas, no oeste do Pacífico, afirmam que o local abriga organismos unicelulares de mais de 10 cm de comprimento. Cientistas do Instituto de Oceanografia Scripps, da Universidade da Califórnia, em San Diego, mergulharam câmeras subaquáticas de alta definição, colocadas em bolhas feitas de vidro grosso para suportar a pressão extrema, a fim de captar vídeos dessas criaturas a uma profundidade de 10 mil metros. Os organismos unicelulares, conhecidos como xenofióforos, são as maiores células individuais que conhecemos no mar profundo, segundo a oceanógrafa do Scripps, Lisa Levin, que flagrou as criaturas no vídeo. Os xenofióforos muitas vezes atuam como "habitat de estrelas do mar, crustáceos, minhocas e amêijoas (moluscos)", diz ela. "Eles agem como pequenos edifícios residenciais." Isso significa que, com mais pesquisas, os cientistas poderão ser capazes de identificar mais organismos que vivem nas profundezas do leito oceânico. Esse conhecimento também pode ajudar os cientistas a compreender outras partes do Sistema Solar. "A agência espacial americana (Nasa) acredita que pode haver uma analogia entre o que encontramos no fundo dos oceanos e o que, potencialmente, poderia ser encontrado na lua de Júpiter, chamada Europa", afirma Kevin Hardy, engenheiro cientista do Scripps que participou da expedição. O grupo foi parcialmente financiado pela Nasa, e a pesquisa ainda não foi publicada em um periódico científico.

Fonte: New York Times

Falha permite que aplicativo para iPhone tenha código malicioso

Uma falha de software em iPhones e iPads pode permitir que hackers criem aplicativos para instalar silenciosamente programas para roubo de dados, enviar mensagens de texto ou destruir informações. A descoberta foi feita por Charlie Miller, especialista em segurança. Miller é pesquisador do Accuvant Labs e, após identificar o problema, construiu um protótipo de programa malicioso para testar a brecha. Ele afirma que o sistema de aprovação da App Store, da Apple, falhou em identificar o programa. Por enquanto não há evidências de que hackers tenham explorado a vulnerabilidade no software iOS, da Apple. Mas a demonstração de Miller indica que é possível que aplicativos maliciosos já estejam na App Store. A falha ocorre desde a versão 4.3 do iOS, que já está em sua quinta versão. Uma falha de código JavaScript é a brecha para a adição de um malware (software malicioso). Após a instalação do aplicativo, o desenvolvedor pode controlar ações do aparelho ao ativar o código. A Apple não comentou o caso e banuiu a licença de Miller de seu programa de desenvolvedores. Em 2009, o mesmo especialista havia apontado falha no sistema de mensagens de texto do iPhone.

Fonte: Reuters

Museu de Arte Moderna

www.mam.org.br

O portal leva ao importante museu brasileiro com obras modernistas brasileiras e internacionais. Na página, ainda é possível encontrar informações sobre sua história, eventos, seu acervo e sua biblioteca.



Arte Cult

www.artecult.com

Acessando o site, o internauta encontra currículos de artistas, imagens de obras, contatos, artigos, ensaios. Cadastrado em aproximadamente 2 mil sites de busca - nacionais e internacionais - serve de canal informativo direcionado para todas as pessoas interessadas em arte e cultura brasileira. Através do boletim periódico on-line Art & Info, leva informações sobre o mundo das artes, tais como cursos, exposições, dicas, novidades e hotlinks na Internet.



Orquestra Sinfônica Brasileira

www.osb.com.br

Neste endereço pode-se acessar o site oficial da Orquestra Sinfônica Brasileira com informações sobre a orquestra e seus integrantes, projetos, programação de apresentações e história.



Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa

Autores: Carla Simone Rodeghero, Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade

Editora: Edunisc

O livro reconstitui o conjunto das lutas em prol da anistia, que se desenrolaram no Rio Grande do Sul, entre 1975 e 1979, destacando os variados protagonistas envolvidos, os projetos em construção e a relação com o movimento em nível nacional. A obra é destinada a um público amplo e, por isso, apresenta uma linguagem clara e acessível ao leitor médio, garantindo, ao mesmo tempo, a seriedade da pesquisa acadêmica. É resultado de pesquisa que está em andamento na Ufrgs, desde 2007. Pretende contribuir para sanar lacunas a respeito da história recente do Estado, ainda pouco pesquisada e divulgada e também trazer elementos para as discussões atuais sobre a herança da ditadura (indenizações a perseguidos políticos, interpretação da Lei de Anistia de 1979, Comissão de Verdade, liberação de documentos secretos, entre outros). O livro apresenta uma quantidade considerável fotos, charges e panfletos que ajudam a reconstruir o clima da época. Carla Simone Rodeghero é professora do Departamento e da Pós-Graduação em História e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História da Ufrgs. Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade são formados em História pela Universidade.



368 Páginas | Preço: R\$ 30,00

Dicionário de trabalho e tecnologia

Autores: Antonio David Cattani e Lorena Holzmänn

Editora: Ufrgs

Para cada termo, uma definição, sua gênese e seu desenvolvimento histórico, correntes e controvérsias em torno do tema, assim como os principais autores e referências bibliográficas. Obra de referência elaborada por uma equipe multidisciplinar, o novo dicionário apresenta, criticamente, as dimensões do trabalho e da tecnologia que afetam atualmente a sociedade, as quais condicionam, de maneira problemática ou promissora, o futuro próximo. Cattani é professor titular de Sociologia da Ufrgs e pesquisador do CNPq, Doutor pela Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, com pós-doutoramento na École de Hautes Etudes en Sciences Sociales.



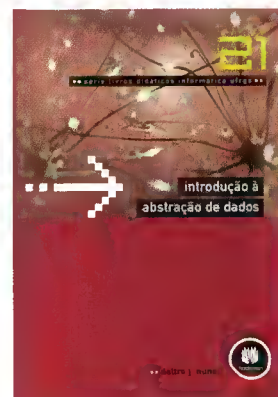
358 Páginas | Preço: R\$ 62,00

Introdução à abstração de dados – Vol 21

Autor: Daltro José Nunes

Editora: Bookman

Esta publicação ensina a especificar ou modelar soluções de problemas computacionais em alto nível de abstração e a desenvolver o raciocínio algorítmico, utilizando a linguagem de programação funcional MAUDE, e tornando as atividades prazerosas e gratificantes, pois as especificações são interpretáveis em qualquer computador, permitindo testá-las. Daltro J. Nunes é professor titular do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Engenheiro eletrônico pela Ufrgs, mestre em Ciências em Informática pela PUCRJ, é Doutor em Naturwissenschaften – Informatik pela universidade de Stuttgart/Alemanha, com pós-doutorado pela mesma universidade.



394 Páginas | Preço: R\$ 59,00

Debate de princípios alicerça negociação de carreira

A fase inicial de negociação para a reestruturação das carreiras docente do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) tem feito aflorar uma série de divergências entre as entidades de classe e o governo federal. Com isso, segundo o vice-presidente do Proifes, professor Eduardo Rolim, a primeira medida é debater os princípios para que, então, possa se discutir as mudanças nos planos de carreira.

“Basicamente, a reunião do grupo de trabalho, realizada no dia 24 de novembro em Brasília, foi dominada por discussões preliminares, como a definição de como será tratado o EBTT. Também buscamos identificar as convergências entre as propostas do Proifes, Andes e do governo, para que possamos, posteriormente, avançar na negociação”, diz Rolim.

As propostas foram apresentadas durante uma oficina de debates entre o governo federal e as entidades representativas das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que ocorreu no dia 11 de novembro. A meta do grupo de trabalho é chegar a um acordo até 30 de março de 2012. Para isso, em dezembro será feita uma nova oficina, quando será definida a agenda de negociações e onde cada entidade participará com até 20 representantes.

Segundo Rolim, existem quatro pontos que precisam ser definidos preliminarmente para que os trabalhos possam avançar. O primeiro deles é o esclarecimento do que o governo entende por “harmonia entre as carreiras de Magistério Superior e de EBTT”. Ele pontua que o Proifes defende que não se deve desassociar as duas carreiras no processo de negociação, embora o governo tenha feito proposta apenas para o MS.

As entidades representativas das Ifes - Proifes e Andes - cobraram o governo pelo documento assinado com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), que cria outra mesa de negociação com a entidade sobre a carreira do EBTT. Proifes e Andes afirmam que a portaria que criou o grupo de trabalho do qual fazem parte é clara ao apontar que ali se fará o debate sobre essa carreira. Rolim aponta,


ainda, que se houver uma negociação paralela, o Proifes deve participar como representante legítimo dos professores do EBTT.

Por outro lado, no dia 11 de novembro, o coordenador geral do Sinasefe, Sílvio de Jesus Rotter, enviou um ofício ao secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Duvanier Paiva. No documento Rotter questiona os reais motivos para que o governo continue impedindo o sindicato de participar das discussões do grupo de trabalho. Segundo o texto, a justificativa inicial baseada na greve já não se sustenta, já que a categoria retomou as atividades.

Ele ressalta, também, que há a concordância das demais entidades - Andes e Proifes -, além da concordância explícita do sindicato com a metodologia proposta pelo governo ao grupo de trabalho. Rotto queixa-se, ainda, da negativa do secretário de receber a apresentação impressa da proposta de carreira feita pelo Sinasefe.

O segundo ponto preliminar apontado por Rolim na reunião do dia 24 de novembro foi a discriminação dos aposentados, presente em diversos itens da proposta do governo. A entidade, insistiu ele, pede a paridade entre ativos e aposentados.

A lista de itens de discordância segue com a definição de que o cargo de Titular é um dos cargos da carreira, e não um cargo isolado, como um novo regime. Segundo Rolim, a proposta de criar uma nova classe, que se chamaria Sênior, é rejeitada pelas entidades, já que o acesso a ela estaria restrito àqueles que possuem título de doutor e estão na ativa. “Além disso, o primeiro professor em condições de atingir tal classe só chegaria lá em 2014 e não iria até Sênior 4, em função da aposentadoria compulsória”, observa o vice-presidente do Proifes.

As questões apontadas por Rolim terminam com a remunerações na preceptoria. Segundo ele, não se deve pensar apenas na área da saúde e nas demais propostas de projetos, gratificações de cursos. Esses são temas que precisam ser mais discutidos e que não fazem parte do debate de Carreira, de acordo com o Proifes. 

Três décadas de dedicação à literatura

Patrona da Feira do Livro de Porto Alegre, Jane Tutikian fala sobre a deficiência na formação de leitores no País e de sua gestão no Instituto de Letras

por Michelle Rolante



Fotos: Michelle Rolante

A escritora comemora três décadas como autora e chama a atenção para a contribuição das mulheres para a literatura

A escritora Jane Tutikian fez jus ao título de patrona da 57ª Feira do Livro de Porto Alegre. Quarta mulher eleita no decorrer de toda a história do evento literário, a também diretora do Instituto de Letras da Ufrgs e pós-doutora em Literatura esteve presente em diversos compromissos durante a programação cultural que levou milhares de porto-alegrenses à Praça da Alfândega. Antes dela, apenas as escritoras Maria Dinorah do Prado, em 1989, Lya Luft, em 1996, e Patrícia Bins, em 1998, representaram a ala feminina que teve o privilégio de receber a homenagem. “Há muito tempo que uma mulher não era eleita patrona do evento. Estava faltando um toque feminino na feira”, destaca Jane. Nomeada na sexta vez em que concorreu ao título, ela afirma que “foi uma surpresa muito grande e uma emoção”.

A escritora chama atenção para a contribuição importante das mulheres para a literatura no Estado e no País. “É uma honra muito grande representá-las, além dos homens, é claro. Sem levantar bandeiras,

acho que não escrevo porque sou mulher, mas escrevo o que escrevo porque sou mulher. Isso pra mim é importante.”

Neste ano, a professora também comemora 30 anos de literatura, com o lançamento de uma antologia chamada Coisa Viva. “Por isso, a minha eleição como patrona foi em um momento muito especial”, pontua Jane. A escritora revela que gostou muito de organizar essa antologia, por se tratarem de contos publicados ao longo de 30 anos de carreira. “Mesmo sendo professora de literatura, em nenhum momento usei a crítica como critério para a escolha dos textos. Selecionei os que eu mais gostei de escrever, simplesmente isso.”

Olhando para o decorrer destas três décadas, Jane avalia que todos os avanços que ocorreram nos últimos anos em termos de comunicação não seriam possíveis em um período curto de tempo. “Hoje percebemos que a nova geração é muito capaz de lidar com máquinas, de apertar botões, mas, ao mesmo



tempo em que essa geração é capaz disso, ela também demonstra uma redução quase que assustadora no talento para a linguagem", comenta, ressaltando que as redes sociais, por exemplo, acabam contribuindo para abreviação de palavras, pois nestes espaços as pessoas querem escrever "o mais fácil e o mais rápido". "Nesse caso, temos que achar uma maneira de lidar com a questão da literatura, porque o que nos diferencia dos animais é justamente a linguagem. Por isso, se vamos perdendo a linguagem, também perdemos alguma coisa de humanidade", filosofa.

Jane comenta que o filme Tempos Modernos de Charles Chaplin ilustra esse fato, no filme ele vai apertando parafuso e de repente termina a máquina e ele continua apertando parafuso no ar. "Para quê pode servir uma humanidade capaz de fazer, mas incapaz de refletir sobre o que faz?", questiona. E conclui: "A arte e a literatura possibilitam essa reflexão, por isso este é o momento para falarmos sobre isso."

Para a escritora, se fala muito em formação do leitor e todas as escolas têm o seu projeto de formar um cidadão crítico, mas literatura não é disciplina em nenhuma grade. "Por isso, o objetivo é procurar debater esse tema e procurar caminhos em conjunto", afirma. Jane diz que não se pode esperar que as famílias sejam as únicas formadoras de leitores, porque o próprio núcleo familiar brasileiro, em sua grande maioria não lê muito. Aqueles que têm uma condição financeira boa preferem investir nos pés, por exemplo, do que na cabeça. "Eles compram um tênis caríssimo, mas não compram livros", dispara Jane, ponderando que se a família sozinha não forma leitor, a escola sozinha também não. "Além disso, temos professores cada vez mais desestimulados."

Leitura entre os professores

Há 30 anos, Jane Tutikian percorre escolas em todo Estado para falar da importância da leitura. "Nas palestras, costumo afirmar que grande parte dos professores no País não lê, e que literatura é paixão. E questiono como é possível transmitir paixão por uma coisa que não se conhece. Durante todos

esses anos, apenas um professor levantou em uma das palestras para me contestar". O fato de que dificilmente a mídia veicula reportagens sobre literatura infantil e literatura juvenil é outro ponto de preocupação para a escritora. "Normalmente essas matérias só são realizadas na época da Feira do Livro. A própria mídia colocou um manto de invisibilidade sobre a literatura infantil e juvenil que é a literatura de formação. Porém, os meios de comunicação não são os únicos responsáveis", pondera.

"No caso da universidade, por exemplo, formamos professores que atuarão nos ensinamentos Fundamental e Médio. Se não oferecermos uma cadeira de literatura infantil e uma de literatura juvenil, como é que eles irão trabalhar nestas áreas? Por isso, é importante a sociedade como um todo se empenhar para atuar na formação de leitores." Um exemplo da influência da mídia, segundo a escritora, é o romance Os Maias, de Eça de Queiroz, publicado no século XIX, em Portugal, que só se tornou um best seller no Brasil um século depois, após a Rede Globo veicular uma minissérie de mesmo nome. "Esse exemplo mostra um pouco do poder que a mídia tem, ou seja, se ela quiser formar o leitor ela forma", afirma Jane, opinando que deve haver uma união entre escola, sociedade e mídia em torno desse leitor.



A escritora cita Jean-Paul Sartre, que disse que “a literatura nos faz pensar e nos coloca frente a um espelho crítico”. “E não me parece que Harry Potter ou Crepúsculo façam isso. Esses livros são muito bons dentro de uma ideia de mercado, sendo que a lógica do mercado é o próprio mercado. Enquanto a lógica da literatura é a humanização”, adverte. “Considero importante falar sobre isso, porque há uma confusão muito grande. Apesar de muito bom no que se propõe, este tipo de publicação não é literatura”, argumenta Jane.

Segundo a diretora do Instituto de Letras da Ufrgs, muitas pessoas argumentam que o livro é caro no Brasil, mas ela afirma que, em relação a outros produtos, não é caro. “As pessoas compram tablets e acham os livros caros”, diz Jane. “Acredito que não é só a questão do preço que influencia na deficiência de leitores. O livro até poderia ser mais barato, ter formato de pocket e feito em papel jornal - essa alternativa acabaria barateando o produto”, sugere. Além disso, ela destaca que existem alternativas para as pessoas que preferem não pagar pelos livros, como sebos de trocas, e bibliotecas públicas, por exemplo.

Internacionalização do Instituto de Letras

O Instituto de Letras está passando por um processo de amadurecimento desde o início da gestão atual, coordenada pela professora Jane Tutikian. “No nosso primeiro ano de gestão paramos o Instituto para nos conhecermos bem, para sabermos quem somos e o que fazemos. A partir daí, começamos a nos dar conta que somos muito bons e eu acho que isso é importante, pois temos que ter autoestima e queremos ser os melhores.”

Segundo Jane, foi realizada uma ampla discussão sobre o currículo do Instituto, que envolveu alunos, professores e diretoria. Com isso, ocorreu uma reforma completa na grade curricular, iniciada em 2010, que terminou esse ano. “Agora, o processo seguirá os trâmites legais para ser consolidado”, explica a diretora.

Afinada com a política da administração central, a atual gestão também pretende internacionalizar o Instituto de Letras. “Estamos trazendo o Instituto Confúcio, que será o quarto no Brasil, para dentro do



“Atuar na direção do Instituto de Letras tem sido uma tarefa muito prazerosa e de construção”, diz Jane

Instituto de Letras”, lembra Jane. Outro projeto que a diretora está negociando é a ampliação das instalações do prédio, além da melhoria das condições de trabalho dos professores. Esse ano, o objetivo é discutir as políticas que serão implementadas daqui a dez anos para formar o Instituto de Letras. “O aluno que preparamos para o mercado hoje, não pode ser o que iremos preparar daqui a dez anos, pois a realidade será outra”, destaca Jane, dizendo que com as novas linhas políticas a gestão será encerrada com a mudança do regimento. A porta da sala da diretora está sempre aberta para receber alunos e funcionários para conversar, tomar um café ou até reclamar. “Atuar na direção do Instituto tem sido uma tarefa muito prazerosa e de construção”, revela a professora.

Como escritora, Jane Tutikian já foi muito premiada por sua obra, inclusive com os prêmios Jabuti, em 1984, pelo livro *Batalha Naval*; e Açorianos, em 2011, pelo livro *Alê, Marcelo, Ju & eu*. “O grande valor do prêmio é o reconhecimento que se tem, além do estímulo na busca em fazer ainda melhor”, opina. ☺

Exposição estimula debate sobre a questão indígena

Museu da Ufrgs recebe mostra Oretataypy: Presença Mbya-Guarani no Sul e Sudeste do Brasil

por Michelle Rolante

Estabelecer um debate sobre a questão indígena com a comunidade acadêmica e com o público em geral é o objetivo principal da mostra Oretataypy: Presença Mbya-Guarani no Sul e Sudeste do Brasil, em exposição no Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), por meio de uma parceria da Pró-Reitoria de Extensão (Prorext) com o Núcleo de Políticas Públicas para os povos indígenas da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Museu do Índio do Rio de Janeiro, mantido pela Funai. No local, os visitantes têm a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a perspectiva Mbya-Guarani em relação ao mundo – sua cosmologia – e como isso se reflete em suas atividades cotidianas.

“Ainda existe muito preconceito em relação aos índios e, principalmente, falta de informação sobre esses povos”, avalia a técnica em Assuntos Educacionais e graduanda em Museologia na Ufrgs, Cidara Loguercio Souza. Ela afirma que o povo indígena foi “invisibilizado” na história do Brasil, uma vez que os livros de história falam dele somente até a chegada dos europeus. Depois disso, virando a página do livro, não se fala mais sobre os índios, destaca Cidara. “É preciso lembrar que os indígenas não invadiram nosso espaço, pelo contrário, nós é que invadimos o espaço deles”, ressalta Cidara, pontuando que a desinformação surge desde a questão mais banal, como ter noção do que é ser índio. “Há um descaso total com a temática indígena neste sentido”, adverte, reforçando que o interesse da exposição é mostrar para a sociedade e para o público da Universidade um pouco do conhecimento desenvolvido nesta área, uma vez que o Museu da Ufrgs está aber-

to também à busca pelo debate de questões sociais relacionadas à produção acadêmica.

Existe uma lei que trata da obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígenas e dos povos negros no Brasil nos ensinos Fundamental e Médio, que é a lei 11 645. Porém, os professores não recebem essa formação nas suas faculdades, porque a academia se fechou por muito tempo para este fato, argumenta Cidara. Segundo ela, apenas recentemente alguns setores da história têm se voltado para a temática dos índios, não somente no período que antecede a chegada dos europeus, mas também após este acontecimento.

Os dois eixos da exposição Presença Mbya-Guarani no Sul e Sudeste do Brasil não estão baseados diretamente com as pesquisas desenvolvidas na Universidade, mas os estudos que originaram a mostra são de âmbito acadêmico e dialogam com as pesquisas produzidas na Ufrgs, justifica Cidara. “Nenhum dos professores que trabalha na área Mbya-Guarani no Estado questionou o que está sendo colocado, por exemplo, pela curadoria do Rio de Janeiro”, afirma. Um dos eixos se trata da exposição Tape-Porã, Impressões e Movimento - Os Mbya no Rio de Janeiro, que conta com cerca de 60 peças de arte Mbya-Guarani, além de fotos e vídeos, lançada inicialmente no Museu do Índio no Rio de Janeiro em parceria com a Funai dentro de um projeto chamado Índio no Museu. Desde 2007, estão sendo realizadas várias exposições temporárias desta mostra no espaço carioca, sendo esta a primeira vez que a mesma se desloca, tornando-se, a partir de agora, itinerante.

No espaço montado no Museu da Ufrgs, o visitante é convidado a percorrer um ambiente onde são

Fotos: Michelle Rolante





Miniaturas de madeira expostas na ala Seres da Mata e sua Vida Como Pessoas

reproduzidas as matas, um local reservado à prática de produção de cestarias, e a Casa da Eterna Alegria, ou Casa de Reza, chamada de Opã pelos Guaranis. No trajeto, são encontradas esculturas de animais em madeira, armadilhas para caça e pesca, instrumentos de prática religiosa e peças de artesanato comercializadas para subsistência. Esta ala da exposição possui caráter etnográfico, representando espaços, como a mata e a relação com a cidade envolvente. “É preciso se dar conta que o fato de estes índios transitarem pela cidade não faz com que deixem de ser Mbya-Guaranis”, diz Cidara.

O segundo eixo da mostra, chamado Nossas Moradas – Os Mbya no Rio Grande do Sul, é constituído de animais esculpidos de madeira, além de obras retiradas do acervo de arte das culturas indígenas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Prefeitura de Porto Alegre e de imagens registradas pelos fotógrafos Vherá Poty e Danilo Christidis. Intitulado Os Seres da Mata e Sua Vida Como Pessoas, um espaço criado neste eixo traz objetos que revelam narrativas mito-poéticas sobre a origem dos animais que na cosmovisão Mbya são compreendidos como humanos. Na exposição também é exibido o vídeo de mesmo nome, produzido em 2010 pela Prefeitura, com a participação de povo Mbya e a colaboração de antropólogos da Ufrgs.

De acordo com a técnica em Assuntos Educacionais, apesar da mostra tratar da cultura dos Mbya-Guarani, é urgente discutir também a questão do índio genérico. “Não existe um único índio, os grupos indígenas são tão ou mais diversificados quanto os italianos e alemães, por exemplo. E muitas vezes

são povos rivais e muito diferentes.” Cidara explica que o que ocorre é que as tribos partilham de algumas coisas, como as diversas raças partilham com outros grupos distribuídos no planeta. “Os Kaingang têm a característica de se apropriar de alguma coisa de outros grupos e transformar em algo Kaingang, por exemplo.”

Cidara chama atenção para as teses mais específicas sobre os Guaranis no Estado, como produção acadêmica e questões sociais e culturais, que são abordadas no segundo eixo. Em abril, a exposição Os Seres da Mata e Sua Vida Como Pessoas ocupou o Paço Municipal com curadoria do Núcleo de Políticas Públicas para os povos indígenas da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O objetivo ao unir as duas mostras, explica Cidara, é provocar uma reflexão nos visitantes de que não os Mbya do Rio de Janeiro e os do Rio Grande do Sul são o mesmo povo, no entanto habitam locais diferentes. “Eles podem estar aqui e daqui a pouco podem estar lá. Eles têm parentes em comum e estão sempre em movimento”, explica. 



Serviço:

Exposição: Oretatapy: Presença Mbya-Guarani no Sul e Sudeste do Brasil

Local: Museu da Ufrgs, Av Osvaldo Aranha, 277

Visitação: até 01 de junho de 2012

de segunda à sexta-feira

Horário: das 9h às 18h




MAIS UM

Filme

O documentário Coletivos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba em Porto Alegre foi elaborado e coordenado pelo Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas em parceria com Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Prefeitura de Porto Alegre. O material apresenta saberes, práticas, técnicas e grafismos que integram a arte das cestarias, colares e cerâmicas que produzem e identificam os indígenas em Porto Alegre. Também traz imagens dos bichos e as narrativas mito-poéticas dos velhos em torno dos modos de criar, fazer e viver a cultura Guarani, expressos na confecção de colares, no trançado das cestarias e na produção de esculturas em madeira dos seres da mata.

Livro

Os Índios e a Civilização – A integração das populações indígenas no Brasil Moderno, obra de Darcy Ribeiro, é a reedição de um clássico da antropologia brasileira em que o drama da transfiguração étnica das populações indígenas no interior da modernidade e da integração nacional só faz aumentar a atualidade da publicação, seja como estudo acurado e abrangente, seja como postura ética e bandeira da luta pelos direitos indígenas como direitos humanos.

The image features two champagne flutes filled with bubbly liquid, positioned in the foreground. The background is a dark night sky filled with numerous bright, golden-yellow fireworks exploding in starburst patterns. The overall mood is celebratory and festive.

**Em 2012
a luta dos
professores de
ensino público
superior continua e,
com ela, a busca de novas
conquistas e realizações.
A Adufrgs-Sindical parabeniza
seus associados pelas vitórias já
alcançadas e deseja a todos um Feliz
e próspero Ano Novo!**

